

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

MISSÃO:

Garantir a excelência na prestação dos nossos serviços e maximizar valor para os acionistas.

VISÃO:

Ser a melhor empresa no setor em que atua sendo referência no desenvolvimento sustentável e transformando energia renovável em riqueza, com ética e transparência durante o período da concessão.

VALORES:

A mais alta *performance* combinada com os mais elevados padrões éticos, englobando: Comunicação clara e precisa; Gerenciamento em equipe, consistente e focados; Inovação criando valor sustentável.

LISTA DE SIGLAS

AGE	- Assembleia Geral Extraordinária
ANEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEFSC	- Complexo Energético Fundação Santa Clara
CERs	- <i>Certified Emission Reduction</i>
CFURH	- Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
EBITDA	- <i>Earnings Before Interest, taxes, depreciation and Amortization</i>
GTCA	- Grupo de Estudos sobre o Resgate de Carbono e Commodities Ambientais
GSF	- <i>Generation Scaling Factor</i>
IFRS	- <i>Internacional Financial Reporting Standards</i>
MDL	- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MLT	- Média de Longo Termo
MRE	- Mecanismo de Realocação de Energia
O&M	- Operação e manutenção
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	- Processo Administrativo de Contratação
PCHs	- Pequenas Centrais Hidrelétricas
PL	- Patrimônio Líquido
RCE	- Redução Certificada de Emissões
SOX	- <i>Sarbanes Oxley</i>
SPE	- Sociedade de Propósito Específico
UHEs	- Usinas Hidrelétricas
UBP	- Uso do Bem Público
VCUs	- <i>Voluntary Carbon Units</i>

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	5
2. PERFIL DA COMPANHIA	7
2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
4. INVESTIMENTOS	9
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10
5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11
5.3. CUSTOS E DESPESAS	11
5.3.1. IGP-M (FGV)	12
5.4. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES NA CCEE	12
5.5. LUCRO LÍQUIDO	13
5.6. MARGEM LÍQUIDA	13
5.7. EBITDA	14
5.8. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO	14
6. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	15
7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	17
8. ENDIVIDAMENTO	17
9. RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO	18
10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	19
11. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)	20
12. AREA JURÍDICA	25
13. RECURSOS HUMANOS	26
14. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	27

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Prezados Acionistas,

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão SA., em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, elaboradas conforme Legislação Societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 2018, a Elejor, manteve o plano de manutenção contínua e melhorias no seu parque gerador, com destaque para a modernização do Sistema Digital. Os resultados obtidos, e que passamos agora a apresentar, nos encorajam a prosseguir com o compromisso de maximização de valor para os acionistas e excelência na prestação dos nossos serviços com ética e transparência. A Elejor apresentou resultados econômico-financeiros sólidos. Chegamos ao final de 2018 com o EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 229.428 mil, o que significa um aumento de 1% em relação ao ano anterior. Entre os fatores que impactaram positivamente esse resultado estão, a contínua revisão dos custos gerenciáveis, marcação à mercado para identificar o melhor momento da venda de energia descontratada no Mercado de Curto Prazo - MCP e a redução do tempo de parada nas grandes manutenções pela equipe de Operação e Manutenção - O&M, melhorando nosso indicador de disponibilidade das Usinas Hidrelétricas. A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 0,8% e chegou a R\$ 293.942 mil. Já o Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores fechou em R\$ 76.331 mil.

No ano de 2018, a hidrologia apresentou uma recuperação quando comparada aos anos anteriores, porém ainda foram observados valores de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD elevados no segundo semestre do ano, atingindo o valor máximo nos meses de julho e agosto. O PLD máximo no ano de 2018 foi de R\$ 505,18/MWh. As projeções indicam que 2019 novamente será um ano de baixa hidrologia, pois em janeiro a ENA (Energia Natural Afluente) armazenável, que representa a chuva que recompõe os

volumes dos reservatórios, registrada no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, apresentou um desempenho fraco, com resultado 36% abaixo da Média Longo Termo - MLT. O submercado Sul foi o único que apresentou desempenho acima da média histórica, 1%, os demais também ficaram abaixo da MLT. No ambiente regulatório, destacamos que em 27 de dezembro de 2018 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 514, reduzindo de 3.000 KW para 2.500 KW, a partir de 1º de julho de 2019, o limite para que consumidores cativos possam migrar para o mercado livre. Ainda de acordo com essa Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2020 esse limite cai para 2.000 KW. Essa mudança pode afetar a dinâmica do mercado de forma geral e em nossa visão é benéfica para o momento da Elejor. Novamente, o ano de 2018, terminou sem solução para a judicialização do risco hidrológico - GSF na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Embora duas decisões judiciais tenham sido revogadas, os valores referentes ao período anterior a fevereiro de 2018 ainda estão pendentes, o que representa quase R\$ 7 bilhões para o setor. Dessa forma, todos os agentes que não possuem liminar têm percebido uma inadimplência próxima a 100% na liquidação das operações no âmbito da CCEE, afetando eventuais recebimentos.

O que poderia surpreender positivamente em 2019? Uma recuperação mais rápida do que o esperado na economia brasileira, proporcionando um ponto de virada da demanda por eletricidade após três anos de declínios consecutivos. Essa eventual recuperação provavelmente teria dois efeitos principais: (i) maior volume de vendas para distribuidores e comercializadoras- redução do risco de novas perdas devido a contratos de energia de grande porte (redução da exposição ao mercado spot); e (ii) renovação de contratos de energia a preços mais altos para geradores.

João Biral Junior

Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) constituída para implantar e explorar o CEFSC (Complexo Energético Fundão Santa Clara) no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O CEFSC é constituído pelas UHEs Santa Clara e Fundão e pelas PCHs Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW e garantia física total de 140,3 MW médios.

A Concessão de Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), celebrado em 25 de outubro de 2001. As autorizações para a exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Fundão I e PCH Santa Clara I foram concedidas pelas Resoluções da ANEEL nº 757 e 753, respectivamente, de 18 de dezembro de 2002.

A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Cândói e a UHE Fundão nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, ambas na região centro-sul do Estado do Paraná.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2018, estava composto de 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41º AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 08 de novembro de 2011, distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	Valor em milhares	Participação no Capital
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 1 – Composição acionária e capital social

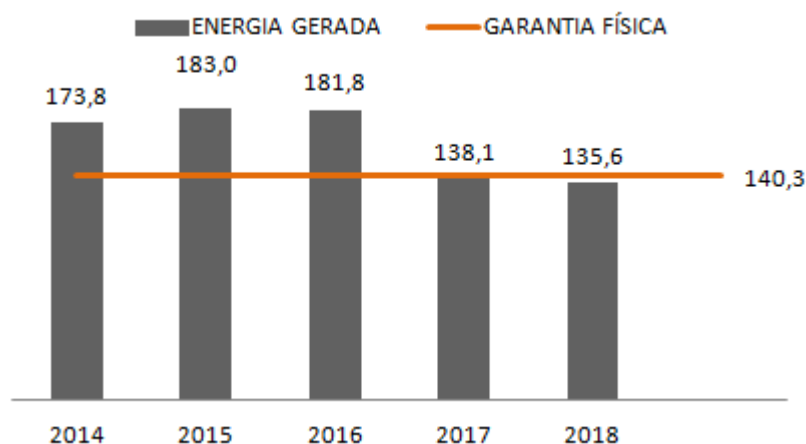
3. DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2018 foi gerado o montante de energia bruta de 1.187.376 MWh (MW médios), o que representa 3% abaixo da garantia física. Justificado pela baixa hidrologia nos meses de maio a agosto na bacia do Iguaçu. O índice de disponibilidade médio para as UHE's foi de 0,9715, enquanto que para as PCH's o indicador chegou a 0,9802.

Apesar da baixa hidrologia, destaca-se o comprometimento e planejamento de manutenções programadas de O&M o qual foi essencial para mitigação da geração abaixo da Garantia Física do Complexo.

UNIDADES	ENERGIA - MW médios							
	POTÊNCIA INSTALADA	GARANTIA FÍSICA	GERADA					Δ% 18x 17
			2014	2015	2016	2017	2018	
UHE's								
Santa Clara	120,2	69,6	83,3	88,0	90,4	64,9	63,5	-2%
Fundão	120,2	65,8	85,5	89,9	86,6	68,4	67,1	-2%
Total	240,3	135,4	168,7	177,9	176,9	133,3	130,6	-2%
PCH's								
Santa Clara	3,6	2,8	3,0	2,9	2,8	2,8	2,9	3%
Fundão	2,4	2,1	2,1	2,2	2,1	2,0	2,0	3%
Total	6,0	4,9	5,1	5,1	4,9	4,8	4,9	3%
TOTAL CEFSC	246,3	140,3	173,8	183,0	181,8	138,1	135,6	-2%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 2 – Energia Gerada versus Garantia Física



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 1 – Energia Gerada versus Garantia Física - MW médios

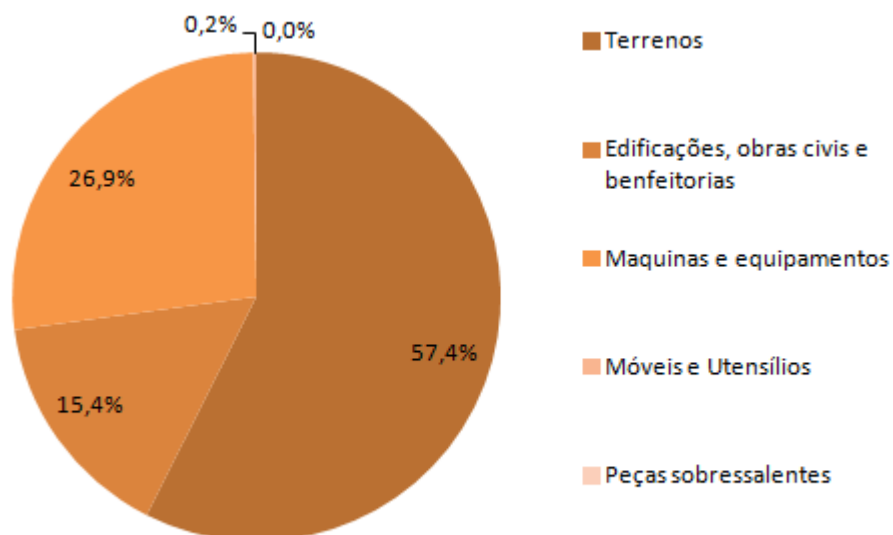
GERAÇÃO DE ENERGIA 15,8% ACIMA DA GARANTIA FÍSICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A média da energia gerada nos últimos cinco anos é de 169,9 MW médios, contra 140,3 MW de garantia física, apresentando uma geração superior em 15,8%.

4. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO DE R\$ 2.659 mil

Os investimentos em 2018 somaram R\$ 2.659 mil, valor 77% superior ao investido em 2017.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 2 – Distribuição de Investimentos

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômicos-Financeiros (R\$ mil)	2014	2015	2016	2017	2018	Δ% 18x17
Receita Operacional Bruta	253.134	249.434	276.848	306.614	308.890	0,7%
(-) Tributos e Encargos com P&D	(11.930)	(11.715)	(13.162)	(15.018)	(14.948)	-0,5%
Receita Operacional Líquida	241.204	237.719	263.686	291.596	293.942	0,8%
(-) Custos e Despesas	(108.007)	(34.799)	(69.434)	(65.525)	(64.514)	-1,5%
Custos Operacionais	(103.909)	(30.661)	(63.976)	(58.687)	(58.137)	-0,9%
Despesas Administrativas	(4.131)	(4.544)	(5.458)	(6.838)	(6.377)	-6,7%
Outras Receitas / Despesas	33	406	-	-	-	
LAJIDA (EBITDA)	133.197	202.920	194.252	226.071	229.428	1,5%
(-) Depreciação e Amortização	(26.827)	(26.840)	(26.887)	(27.703)	(25.415)	-8,3%
Resultado Financeiro	(77.506)	(108.490)	(93.717)	(54.254)	(89.303)	64,6%
Imposto de renda e contribuição social	(9.679)	(24.469)	(24.525)	(47.894)	(38.379)	-19,9%
Resultado líquido	19.185	43.121	49.123	96.220	76.331	-20,7%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 3 – Desempenho Econômico Financeiro

A Elejor apresentou Ebitda de R\$ 229.428 mil em 2018, crescimento de 1,5% em comparação com os R\$ 226.071 mil registrados em 2017. Esse resultado foi impactado positivamente pela correção anual de 3,30% (IGP-M) no CCEAR das UHEs, pela redução de 6% nos custos operacionais e pela venda em 2018 no MCP-Mercado de Curto Prazo da energia convencional descontratada a um preço médio de R\$ 275,44/MWh contra R\$ 214,58/MWh em 2017.

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

**CRESCIMENTO DE
0,7% NA RECEITA
BRUTA**

A Receita Operacional Bruta atingiu no acumulado do ano R\$ 308.890 mil, crescimento de 0,7 %, comparado com o resultado do mesmo período anterior. Este crescimento decorre principalmente em função da correção de 1,88% no CCEAR das UHEs, da venda de Energia das PCHs com preço médio de R\$ 183,39 MWh e da revenda de energia de Terceiros no MCP a um preço médio de R\$ 275,44/MWh.

R\$ mil	2014	2015	2016	2017	2018	Δ% 18 x 17
ENERGIA PRÓPRIA						
ACR - ENERGIA CONVENCIONAL (UHE's)	235.063	246.653	267.951	282.235	288.900	2,36%
ACL - ENERGIA INCENTIVADA 50% (PCH's)	4.983	-	3.216	7.335	7.550	2,93%
ENERGIA DE TERCEIROS						
MCP			3.135	7.188	5.531	-23,05%
ACL	-	-	836	1.735	-	-100,00%
CCEE	13.088	2.781	1.710	8.121	6.909	-14,92%
RECEITA BRUTA	253.134	249.434	276.848	306.614	308.890	0,74%

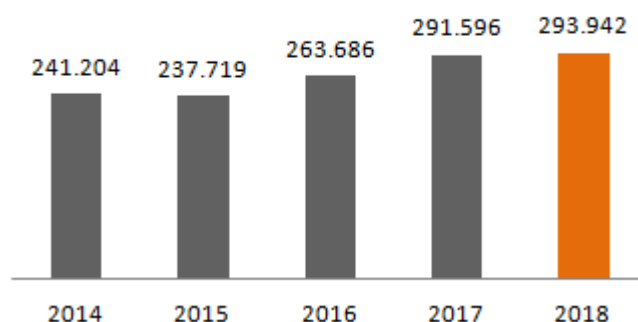
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 5 – Evolução da receita bruta, em mil

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

**AUMENTO DE 0,8%
DA RECEITA
LÍQUIDA**

A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 293.942 mil aumento de R\$ 2.346 em relação a 2017.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA -R\$ Mil



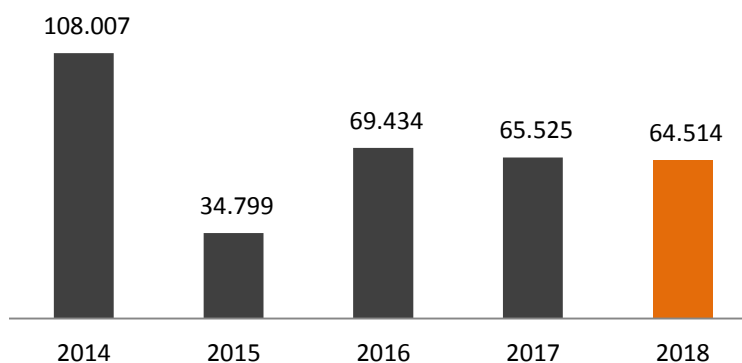
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 4 – Evolução da Receita Operacional Líquida

5.3. CUSTOS E DESPESAS

**REDUÇÃO DE 5,6%
NOS CUSTOS E
DESPESAS**

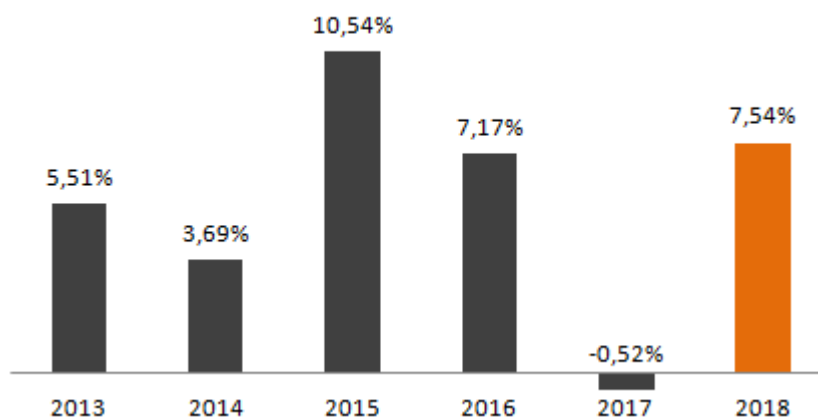
Em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) em 2015, R\$ 50.517 mil foram lançados a título de recuperação de custos e outras receitas, reduzindo a rubrica daquele exercício. Em 2016 e 2017 e 2018 não houve este crédito, permanecendo o pagamento do Prêmio de Risco Hidrológico.

CUSTOS E DESPESAS (s/ D&A)



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 5 – Custos e Despesas

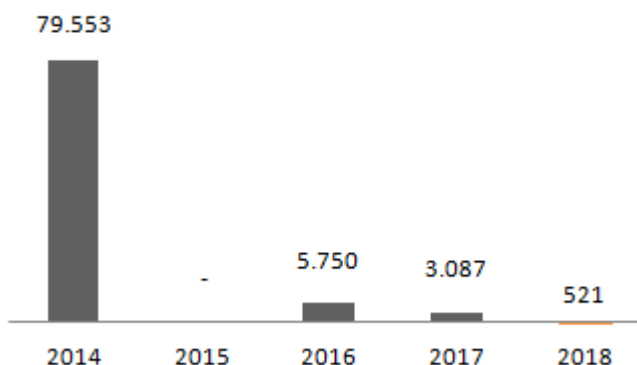
5.3.1. IGP-M (FGV)



5.4. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES NA CCEE

	2014	2015	2016	2017	2018
Vendas	13.584	5.190	1.775	8.429	7.171
(-) Pis / Cofins	496	189	65	308	262
Vendas líquidas	13.088	5.001	1.710	8.121	6.909
Compras	79.553	-	-	3.087	521
Repactuação			5.750		
Total de Compras	79.553	-	5.750	3.087	521
Líquido	(66.465)	5.001	(4.040)	5.034	6.388

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Liquidações CCEE.

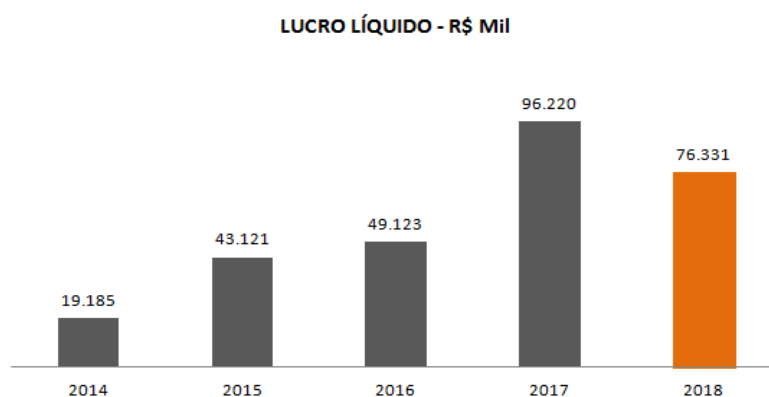


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 6 – Compra de energia junto a CCEE 2016.

5.5. LUCRO LÍQUIDO

**REDUÇÃO DE
20,67 % NO LUCRO
LÍQUIDO**

O lucro líquido da ELEJOR apresentou uma redução de 20,67% em 2018 se comparado a 2017, ou seja, saiu de um montante de R\$ 96.220 mil para R\$ 76.331 mil.

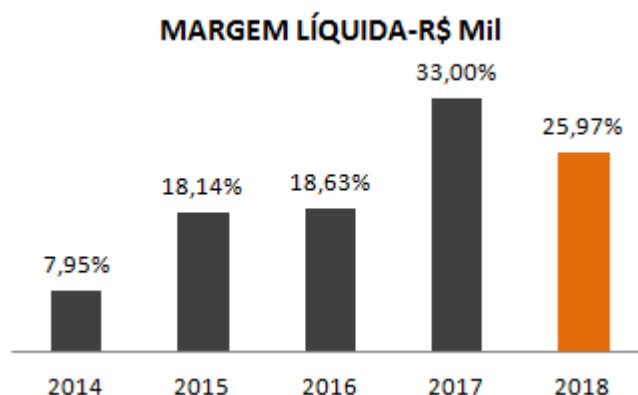


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 7 – Evolução do lucro líquido

5.6. MARGEM LÍQUIDA

**25,97% DE
MARGEM LÍQUIDA**

O lucro líquido no valor de R\$ 76.331 mil representou no exercício de 2018, 25,97% da receita operacional líquida.

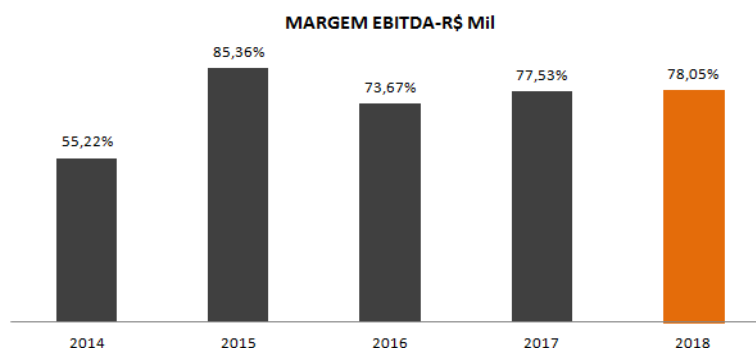


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 8 – Evolução da margem líquida

5.7. EBITDA

MARGEM EBITDA DE 78,05%

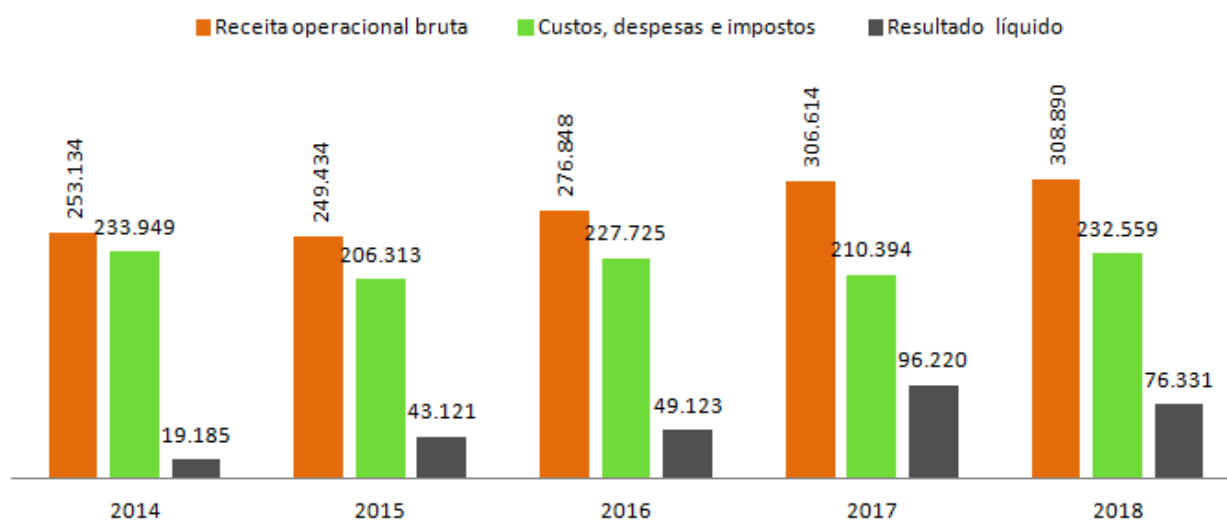
O valor do EBITDA somou R\$ 226.071 mil, que representou 77,53% da receita operacional líquida no período.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 9 – Margem EBITDA.

5.8. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

A redução do lucro líquido de 2018 contra 2017 foi de 20,67%. Devido ao aumento de Despesas Financeiras, R\$ 91.051 contra R\$ 67.748 no período anterior, em função da variação positiva do IGP-M.

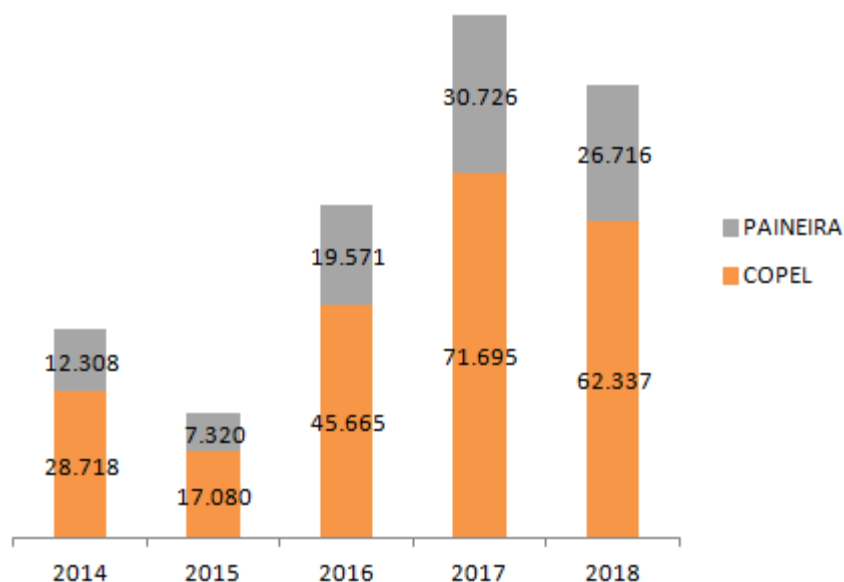


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 10 – Evolução dos resultados econômico-financeiros

6. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	TOTAL	COPEL	PAINEIRA
2014	41.026	28.718	12.308
2015	24.400	17.080	7.320
2016	65.235	45.665	19.571
2017	102.421	71.695	30.726
2018	89.053	62.337	26.716
TOTAL	322.135	225.495	96.641

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 7 – Remuneração aos acionistas



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 11 – Distribuição de Dividendos – R\$ mil

Em 2018 a empresa pagou dividendos propostos de R\$ 89.053 mil, sendo R\$ 24.055 mil referente a dividendos mínimos obrigatórios (25%) do exercício 2017 e R\$ 64.998 mil, divididos em: Saldo de reservas de exercícios anteriores no valor de R\$ 18.868 mil e Antecipação do 1º, 2º e 3º trimestre de 2018 no valor de R\$ 46.131 mil.

O lucro líquido do exercício 2018 foi de R\$ 76.331 mil. A Reserva Legal, tratada no art. 193 da Lei 6.404/76, limita-se a 20% do capital social, que no caso da companhia equivale a R\$ 7.100 mil (R\$ 35.503 x 20%), desta forma no ano corrente não foram destinados recursos para Reserva Legal.

Com base no art. 39 do Estatuto Social, a administração da Companhia propõe a distribuição de R\$ 19.083 mil, referente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido 2018 ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, a título de dividendos obrigatórios.

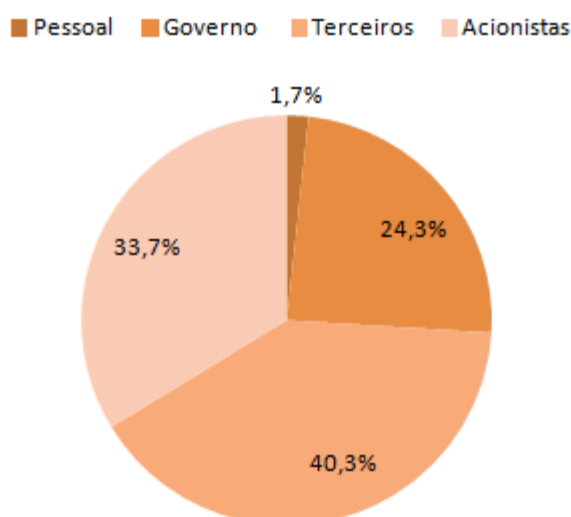
O saldo remanescente do ano de 2018 no valor de R\$ 11.118 mil fica à disposição do Conselho de Administração como Dividendos Adicionais Propostos.

7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia apurou R\$ 222.320 mil de Valor Adicionado Total, 17,72 % maior que 2016, quando havia apurado R\$ 188.851 mil. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.

Distribuição do valor adicionado	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%	2014	%
Pessoal	3.863	1,7%	3.689	1,7%	3.380	1,8%	2.747	1,4%	2.458	2,0%
Governo	54.938	24,3%	65.243	29,3%	38.524	20,4%	36.665	18,9%	22.760	18,1%
Terceiros	91.282	40,3%	57.168	25,7%	97.824	51,8%	111.630	57,5%	81.318	64,7%
Acionistas	76.331	33,7%	96.220	43,3%	49.123	26,0%	43.121	22,2%	19.185	15,3%
Total	226.414	100,0%	222.320	100,0%	188.851	100,0%	194.163	100,0%	125.721	100,0%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 8 – Distribuição do valor adicionado – R\$ mil

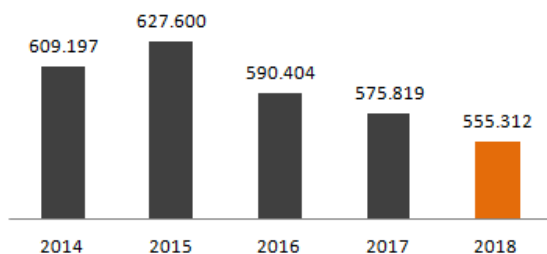


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 12 – Distribuição do valor adicionado.

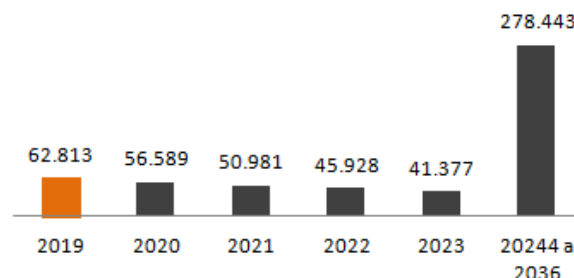
8. ENDIVIDAMENTO

**REDUÇÃO DA
DÍVIDA LÍQUIDA EM
-2,5%**

O endividamento líquido da companhia que no início do exercício era de R\$ 590.404 mil, ao término do ano de 2017 reduziu para R\$ 575.819 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 13 – Grau de endividamento líquido com UBP



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 14 – Cronograma do pagamento da Outorga / UBP (Valor Presente)

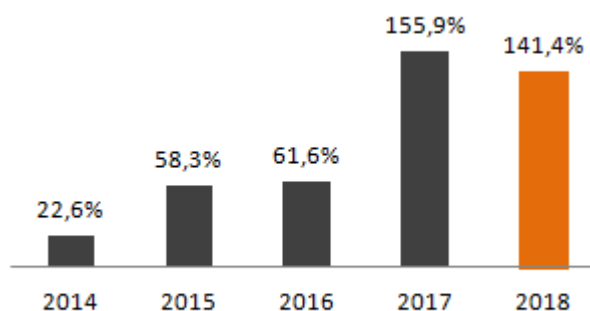
Em 2013 a companhia captou recursos, através da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 203.000 mil, com vencimento em setembro/2018 e custo nominal de CDI + 1% ao ano. Este financiamento foi completamente quitado em setembro/2018.

Por fim a dívida com a UBP ajustada a valor presente que em 31/12/18, correspondia ao valor de R\$ 507.560 mil e destes R\$ 267.933 mil vencerão no período de 2022 a 2036. A dívida com a Concessão do UBP em 31/12/2017 representa 75,14% do passivo total da companhia.

9. RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO

GRAU DE RENTABILIDADE DE 141,4%

O ROE (*Return On Equity*) apresentou redução de 14,9p.p em 2018, o índice é o resultado da divisão do Lucro Líquido R\$ 76.331 mil pelo Patrimônio Líquido R\$ 53.977 mil.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 15 – Grau de rentabilidade

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Lucro líquido	33.296	41.947	19.185	43.121	49.123	96.220	76.331
Patrimônio líquido	74.862	72.019	84.815	73.999	79.701	61.726	53.976
ÍNDICE - PL	44,5%	58,2%	22,6%	58,3%	61,6%	155,9%	141,4%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Evolução do patrimônio líquido

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Comprometida com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população, desde a instalação do CEFSC a ELEJOR, por meio da sua política socioambiental, assume a sua posição de agente social na discussão das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. E, como participante e estruturadora de iniciativas que foram ao encontro do interesse coletivo, dado o caráter de Utilidade Pública de seus empreendimentos no Rio Jordão, realizou estudos que demonstraram a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Dessa forma, a ELEJOR organizou suas ações, compôs uma equipe técnica e dividiu tarefas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, o que constituiu seu Programa de Gestão Ambiental. Esse Programa é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR e contempla um conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa desde a fase de implantação à operação do CEFSC.

Por meio da cooperação entre diferentes agentes tal política compartilha a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável não apenas com instituições de governo, mas também com a sociedade civil. Assim garante maior eficácia aos programas sociais e ambientais da Companhia, dentre eles:

1. Monitoramento Fluviométrico e Meteorológico do Cefsc.
2. Monitoramento da Qualidade da Água dos Reservatórios.
3. Atendimento à Resolução 03/2010 da ANA/ANEEL, Curva x Cota/Área x Volume nos reservatórios de Santa Clara e Fundão.
4. Atendimento à Resolução 696/2015 da ANA/ANEEL, Plano de Segurança de Barragens de Santa Clara e Fundão.

5. Renovação da Licença de Operação da Uhe Santa Clara e Pch Santa Clara I até 8/8/2021.

6. Renovação da Licença de Operação da Uhe Fundão e Pch Fundão I até 12/09/2022.

11. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)

A Elejor durante o ano de 2018, em cumprimento ao contido nas Leis 9.991/2000, 10.848/2004 e 11.465/2007, e em atendimento ao Contrato de Concessão de Geração n. 125/2001, investiu em 03 (três) projetos de (P&D), os quais estão detalhados abaixo de acordo com seus objetivos e andamento:

1) DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE CONTROLE MODULAR PARA OPERAÇÃO EM PARALELO DE AEROGERADORES SAVONIUS E PAINÉIS FOTOVOLTAICOS COM CONEXÃO À REDE AC (Projeto 2945-0213)

O objetivo deste projeto foi a instalação de módulos de geração híbrida, compostos por aerogeradores do tipo Savonius e painéis fotovoltaicos, na barragem de uma usina. Cada conjunto possui a potência de cerca de 400 W, sendo que sua modularidade facilita, inclusive, a expansão do sistema. Cada módulo contou com um condicionador de potência, desenvolvido para otimizar o funcionamento da geração híbrida. Foi pesquisado e desenvolvido um microinversor grid-tie para ser usado com cada módulo, que conecta a um transformador elevador para a rede de 34,5 kV. O sistema de geração híbrida servirá para suprir o carregador do banco de baterias já existente na usina. Caso haja energia excedente, a mesma fluirá naturalmente para a rede elétrica. Foi prevista a pesquisa e a implementação de comunicação com microinversores através da filosofia de rede mesh, utilizando PLC G3, objetivando a realização da proteção dinâmica, mantendo a segurança e evitando falhas no sistema elétrico.

Situação Atual:

Em junho de 2018 o projeto foi encerrado junto à ANEEL ainda com pendências nos módulos de potência. Esses componentes, mesmo depois de superados os problemas de desenvolvimento, continuaram a perder o sincronismo com a rede de 34,5 kV. Infelizmente esse limitador tecnológico prejudicou a geração de energia dos Savonius, muito embora se saiba que o projeto é promissor e bastante inovador.

Embora o projeto tenha sido encerrado com a ANEEL, vale salientar que todos os requisitos da Pesquisa e do Desenvolvimento foram cuidadosamente cumpridos – não significa que o projeto, com considerável risco tecnológico, tem ou tinha que apresentar resultados positivos. O projeto não é avaliado pela ANEEL sob o ponto de vista positivo ou negativo, mas sob os aspectos de cumprimento de etapas previamente projetadas para serem desenvolvidas, com a reconhecida aplicação de metodologia científica e com os resultados técnico-científicos bem arguidas e justificados.

Como dito, alguns resultados foram muito promissores. É o caso, por exemplo, dos microinversores, que são os responsáveis pela conexão da potência gerada com a rede alternada de 34,5 kV. Esse produto tem larga aplicação na Geração Distribuída, e que acabou sendo um subproduto muito inovador trazido pelo projeto, incluindo uma dissertação de mestrado. Por ter sido bastante inovador, o LACTEC, entidade executora do projeto, decidiu, às suas expensas, continuar com o desenvolvimento do projeto até a sua completa finalização.

2) SISTEMA DE QUALIDADE APLICADO À SEGURANÇA E DURABILIDADE DE CONCRETO DA BARRAGEM UHE FUNDÃO (Projeto 2945-0413)

Esse projeto buscou desenvolver e testar metodologias para o diagnóstico e reparo de manifestações patológicas na estrutura de concreto da barragem da UHE Fundão, ocasionadas por lixiviação, percolação e ataques químicos, do tipo alcalino, ou mesmo por íons sulfato e cloretos, consequentes dos próprios insumos ou externos a obra, a fim de prolongar manutenções não programadas; melhorar os critérios e materiais de reparo pelo emprego de nanomateriais e plasma a frio; e estender a vida útil do sistema, com mitigação do passivo ambiental.

Situação atual:

O projeto foi finalizado em dezembro/2016 e encaminhado para ANEEL em fevereiro/2018 para a auditoria técnica. Dentre os vários resultados obtidos nesse projeto, destacam-se:

O estudo e mitigação da percolação e lixiviação através do maciço – a metodologia desenvolvida para estudar a percolação e a lixiviação, através das vacâncias e microfissuras do concreto rolado, mostraram que, embora haja transporte dos agregados que compõe o concreto, eles ainda não são considerados agressivos à integridade do maciço;

O emprego de nanomateriais – foram utilizados nanomateriais desenvolvidos pelo próprio projeto para tamponar as microfissuras. O resultado foi extremamente promissor, o que resultou em uma tese de doutorado e um pedido de patente para a ELEJOR. Os nanomateriais empregados são disparados no interior das fissuras no momento em que a escala (pH) sofre variações alcalinas que, eventualmente, podem comprometer a composição físico-química dos agregados do maciço.

A Metodologia de reparo – foi desenvolvido um processo de reparo do maciço, com emprego de nanomaterias de baixo custo. Evidentemente, a obtenção de nanomateriais no mercado brasileiro ainda é uma forte restrição: a tecnologia ainda não é dominada no país e não há recursos humanos com treinamento para utilização desses compósitos. A ELEJOR já pode aplicar em suas instalações sem a necessidade de grandes recursos terceirizados.

Os resultados finais desse projeto compuseram os estudos exigidos pelo Plano de Segurança de Barragens, exigidos pela Lei 12.334/2010.

3) PARAMETRIZAÇÃO E TROPICALIZAÇÃO DE SISTEMA ELÉTRICO PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA COM PAINÉIS FOTOVOLTAICOS FLUTUANTES E DINÂMICOS: ESTUDO DE CASO NA BARRAGEM UHE SANTA CLARA (Projeto 2945-1000/2017)

Esse projeto terá duração de 3 anos e tem como expectativa final a instalação completa de uma planta solar de 100 kWp. A planta será locada sobre o reservatório de UHE Santa Clara e será ligada à rede de 34,5 kV na mesma rede pertencente às PCH's e junto com os aerogeradores Savonius.

Sobre o projeto é importante comentar sobre os diferentes sistemas de geração de energia elétrica de origem fotovoltaica e flutuante que estão sendo instalados pelo mundo e, também, no país, todos com o intuito do reaproveitamento de lagos e de reservatórios de água, principalmente, como das usinas hidrelétricas.

Nesse projeto, está sendo proposta a investigação do desempenho de potencial de geração de sistemas fotovoltaicos policristalinos comparativamente aos de filme fino (amorfo). Este último escolhido devido à sua característica de adequação ao ambiente flutuante; à possibilidade de diminuição de falhas operacionais, já que é projetado com um menor número de componentes de circuito; e, a se poder trabalhar sob refrigeração constante e de autolimpeza, sob contato direto com a água do reservatório. Também, em estudo de caso da UHE Santa Clara, está prevista a avaliação de diferentes tipos de materiais de suporte e de flutuação, suas durabilidades ambientais, bem como as vantagens de cada desenho em relação à energia gerada e a sazonalidade local, com a proposta de que sejam sistemas flutuantes e dinâmicos, para que os mesmos possam ser deslocados de tempos em tempos pela superfície da água de modo a diminuir o impacto sobre a flora e fauna local e o processo de eutrofização do reservatório para grandes áreas instaladas. Esta usina está localizada na região sul do Brasil, sendo, portanto, uma das primeiras usinas fotovoltaicas flutuantes em hidrelétricas situadas no hemisfério sul. Desta forma, o banco de dados levantado com relação à potência instalada, sua durabilidade relativa, o tipo, o projeto executado e os dados estatísticos relacionados ao clima, à qualidade e à quantidade de energia pico gerada, à influência do meio aquático no sistema, suas movimentações e turbulências, servirão de subsídios para a alimentação de uma rede neural que fornecerá parâmetros conjuntos para futuras instalações, em termos de Brasil.

Situação Atual:

O projeto teve início em novembro/2017. Já foram concluídas as etapas de especificações técnicas dos painéis e dos flutuantes, os testes de flutuabilidade da embarcação que suportará os painéis fotovoltaicos, os sistemas de potência com os inversores e a ampliação da rede de 34,5 kV para conexão da planta.

Para junho/2019 está prevista a montagem em campo, sendo que a previsão de conclusão será de 2 meses. O início da geração ficaria para agosto/2019 já com a injeção total de potência de 100 kWp.

Uma vez que a planta esteja em operação, terão início as etapas relacionadas aos estudos de eutrofização através do escaneamento do fundo do reservatório sob a influência dos flutuantes, avaliação da qualidade da água sob a ótica de espécies invasoras (mexilhão dourado) e a influência das espécies fixantes nos flutuantes à base de HDPE (Polietileno de Alta Densidade – tradução livre).

12. AREA JURÍDICA

No ano de 2018, na atuação de caráter ordinário e finalístico da Companhia, foram elaborados pelo setor jurídico interno da empresa, diversos pareceres e estudos vinculados à análise prévia de procedimentos administrativos de contratação, oriundos de processos licitatórios e contratações diretas – nos exatos enquadramentos e permissivos legais.

De outro lado, a ELEJOR manteve o controle das contingências da empresa, sem o registro de recebimento de novas demandas. Em paralelo, houve novos avanços no encerramento das medidas expropriatórias propostas pela empresa à época da construção do Complexo Energético Fundação Santa Clara, com pagamento integral das indenizações em alguns dos processos em trâmite.

Ainda no exercício de 2018 a Companhia ajuizou medida judicial em face da União Federal, com objetivo de assegurar a manutenção das condições efetivas da proposta da ELEJOR no Leilão de Geração nº 002/2001-ANEEL, violada por atos praticados pela União Federal, em especial pela publicação da Lei nº 10.848/2004, cuja lesão ocorrerá a partir do vencimento do contrato de compra e venda de energia firmado com a COPEL-D, o que se dará em 22/04/2019. Referido processo originou-se de procedimento de contratação direta (inexigibilidade de licitação), considerando a necessidade de contratação de profissional/banca de advocacia com notório saber na área de interesse, bem como a singularidade do objeto da demanda a ser proposta.

Como já registrado em relatórios anteriores, a Companhia compõe o pólo ativo e/ou passivo de poucos processos judiciais, distribuídos nas Comarcas de Guarapuava, Pinhão e Curitiba, estando alguns já em instâncias superiores. Salvo a ressalva acima, esse número não se modificou em 2018. A administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião dos seus assessores legais.

A ELEJOR não responde a nenhum processo, contencioso ou administrativo, na seara ambiental, fiscal ou regulatória.

13. RECURSOS HUMANOS

Em 2018, a ELEJOR encerrou o exercício com 15 colaboradores, sendo 7 funcionários concursados, 2 diretores executivos, 3 funcionários terceirizados e 3 estagiários. A companhia apoia o desenvolvimento profissional de seus empregados, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no acordo coletivo de trabalho e do custeamento na participação em cursos, eventos e *workshops* relevantes para empresa.

14. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Diretoria Executiva

João Biral Júnior (Diretor Presidente)

Cleverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)

Conselho de Administração

Ney Amilton Caldas Ferreira (Presidente)

Alexandre Radtke

Daniela Gonini de Matos Leão

Fabíola Roberti Coneglian

José Carlos Golin

Sérgio Luiz Lamy

Julio Cesar Felix

Conselho Fiscal

Adriano Fedalto (Presidente)

Vinicius Luiz Gapski

Silvio Paulo Lohmann

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2018

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 31
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	32 a 35
9 PARECER DO CONSELHO FISCAL	36

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		80.990	77.216
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.886	37.905
Clientes	6	30.209	25.380
Outros Créditos	8	4.772	4.722
Despesas Antecipadas	9	3.123	9.209
NÃO CIRCULANTE		571.185	598.234
Realizável a Longo Prazo		23.590	27.885
Depósitos Judiciais	10	115	78
Tributos Diferidos	11	23.475	24.775
Despesas Antecipadas	9	-	3.032
Imobilizado	12	383.994	397.787
Intangível	13	163.601	172.562
TOTAL DO ATIVO		652.175	675.450

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		124.880	164.575
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	268	222
Fornecedores	15	3.996	3.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	27.990	36.964
Outras Obrigações Fiscais	17	2.282	2.146
Debêntures	22	-	30.370
Dividendos a Pagar	18	19.083	24.055
Concessão de Uso de Bem Público	19	62.813	58.411
Pequisa e Desenvolvimento	20	7.412	7.467
Outras Contas a Pagar	21	1.036	1.616
NÃO CIRCULANTE		473.318	449.149
Concessão de Uso de Bem Público	19	473.318	449.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.977	61.726
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.3	255	255
Reserva Legal	25.2	7.101	7.100
Dividendos Adicionais Propostos	25.4	11.118	18.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		652.175	675.450

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	293.942	291.596
(-) Custos Operacionais	27	(83.550)	(86.358)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		210.392	205.238
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.381)	(6.870)
Despesas Administrativas	28.1	(6.408)	(6.870)
Outras receitas		27	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		204.011	198.368
RESULTADO FINANCEIRO		(89.301)	(54.254)
Receitas financeiras	28.2	1.750	13.494
Despesas financeiras	28.3	(91.051)	(67.748)
LUCRO OPERACIONAL		114.710	144.114
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(38.379)	(47.894)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(37.079)	(46.595)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(1.300)	(1.299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		76.331	96.220
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>1,266</i>	<i>1,596</i>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		76.331	96.220
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		76.331	96.220

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		35.503	255	7.100	-	36.843	-	79.701
Lucro do exercício 2017		-	-	-	-	-	96.220	96.220
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(36.843)	-	(36.843)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(53.297)	(53.297)
<u>Destinação proposta à A.G.O.</u>								
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(24.055)	(24.055)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.868	(18.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.503	255	7.100	-	18.868	-	61.726
Lucro do exercício 2018		-	-	-	-	-	76.331	76.331
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Dividendos distribuídos antecipadamente	25.5	-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal	25.2	-	-	1	-	-	-	1
Dividendos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.503	255	7.101	-	11.118	-	53.977

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		76.331	96.220
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	12	16.452	18.344
Amortização de intangível	13	8.962	9.359
Variações monetárias não realizadas	28.3	90.817	50.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.300	1.299
Resultado de baixa de imobilizado		-	165
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	27	9.098	6.515
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Cientes	6	(4.829)	(1.018)
Outros créditos	8	(50)	(548)
Despesas pagas antecipadamente	9	(20)	3
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	14	46	26
Fornecedores	15	672	130
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.974)	22.511
Outras obrigações fiscais	17	136	44
Pagamento de encargos de debêntures	22	(893)	-
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	28.3	(61.305)	(61.614)
Pesquisa e desenvolvimento	20	(55)	1.310
Outros valores a pagar	21	(579)	367
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		127.109	143.992
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	12	(2.659)	(1.538)
Adições no intangível		-	(4)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.659)	(1.542)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(89.054)	(102.420)
Resgate de debêntures	22	(30.415)	(40.608)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(119.469)	(143.028)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		4.981	(578)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.905	38.483
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
Varição no caixa e equivalentes a caixa		4.981	(578)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	308.917	306.614		
Total		308.917	306.614		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	27	27.180	27.894		
Encargos de uso da rede eletrica	27	12.808	12.000		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	5.937	5.851		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	12.424	13.527		
Outros insumos	27 e 28	490	-		
Total		58.839	59.272		
(=) Valor adicionado bruto		250.078	247.342		
(-) Depreciação e amortização					
	27 e 28	25.414	27.703		
(=) Valor adicionado líquido		224.664	219.639		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	28.2	1.750	2.681		
Total		1.750	2.681		
Valor adicionado a distribuir		226.414	222.320		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	28.1	2.703		2.618	
Planos previdenciarios e assistencial	28.1	774		706	
Beneficios	28.1	296		281	
Encargos sociais - FGTS	28.1	90		84	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		3.863	1,7	3.689	1,7
Governo					
Federal	26 e 28.1	54.914		65.224	
Estadual	28.1	8		5	
Municipal	28.1	16		14	
Total		54.938	24,3	65.243	29,3
Terceiros					
Juros e variações monetárias	28.3	91.052		56.934	
Arrendamentos e aluguéis	27.1	230		234	
Total		91.282	40,3	57.168	25,7
Acionistas					
Dividendos intercalares distribuídos	25.5	46.130		53.297	
Dividendos obrigatorios	25.4	19.083		24.055	
Dividendos adicionais propostos	25.4	11.118		18.868	
Total		76.331	33,7	96.220	43,3
		226.414	100	222.320	100

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. Concessão

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas

mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28.02.2019.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são

registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha

conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

4.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

Devido ao fato de que os contratos de arrendamento serem de valores não representativos, e também com vencimentos de curto prazo, a nova norma a vigorar não trará impactos na situação patrimonial da Companhia,

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Caixa e banco conta movimento		99	73
Aplicações financeiras de liquidez imediata		42.787	37.832
		42.886	37.905

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldos em 31.12.18	Saldos em 31.12.17
Suprimentos de energia elétrica					
COPEL Distribuição S/A	24.687	-	-	24.687	24.230
COPEL Comercialização S/A	641	-	-	641	748
CCEE Camara Comerc. Energia Elet.	4.881	-	-	4.881	-
Prime Energy Comercializadora	-	-	-	-	402
	30.209	-	-	30.209	25.380

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.12.18	31.12.17
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	24.687	24.230
Copel Comercialização S.A.	641	748
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.137	1.055
Copel Geração e Transmissão S.A.	784	754
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	13.358	16.838
Acionista		
Paineira Participações S.A.	5.725	7.216
<u>Resultado</u>		
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Distribuição S.A.	288.900	282.235
Copel Comercialização S.A.	7.550	9.662
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(12.808)	(12.000)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(8.090)	(8.788)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(725)	(715)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(91)	(210)

7. Outros créditos

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Serviços em Curso (*)		4.753	4.718
Almoxarifado de manutenção e operação		7	-
Adiantamento a empregados		12	-
Adiantamento a fornecedores		-	4
		4.772	4.722

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Curto Prazo			
Seguro das usinas		90	94
Seguro fornecedores de energia		-	16
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		3.032	9.098
		3.123	9.209
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		-	3.032
		-	3.032

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

Mutação	31.12.2017	Amortização	Transf LP x CP	31.12.2018
Prêmio de risco - ativo circulante	9.098	(9.098)	3.032	3.032
Prêmio de risco - ativo não circulante	3.032	-	(3.032)	-
Intangível	7.485	(385)		7.100
	19.615	(9.483)	-	10.132
Prêmio de risco a amortizar	12.130			3.032
Extensão de prazo da outorga	7.485			7.100

10. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	78
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78
- Depósitos	-
- Atualização monetária	37
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	31.12.2017	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.12.2018
Ativo não circulante				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	24.907	(1.300)	-	23.607
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)		-	(132)
Líquido apresentado no Balanço	24.775	(1.300)	-	23.475

Realização dos créditos fiscais diferidos

31.12.2018	Ativo	Passivo
2019	1.300	(132)
2020	1.300	-
2021	1.300	-
2022	1.300	-
2023	1.300	-
2024 a 2026	3.900	-
2027 a 2029	3.900	-
2030 a 2032	3.900	-
2033 a 2035	3.900	-
2036	1.507	-
	23.607	(132)

12. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.2017	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	31.12.2018
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	207.579	-	(9.138)	-	-	198.441
Máquinas e equipamentos	128.276	184	(5.280)	-	-	123.180
Edificações	42.136	410	(1.804)	-	-	40.742
Terrenos	4.462	13.439	(172)	-	-	17.729
Móveis e utensílios	265	6	(58)	-	-	213
	382.718	14.039	(16.452)	-	-	380.305
Em curso						
Terrenos	1.718	-	-	-	(1.675)	43
Edificações e obras civis	369	-	-	-	(369)	-
Máquinas e equipamentos	422	532	-	-	(83)	871
Material em depósito	2.827	-	-	-	(52)	2.775
Depositos judiciais	9.733	-	-	-	(9.733)	-
	15.069	532	-	-	(11.912)	3.689

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

13. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31.12.2017	169.043	-	3.520	-	172.563
Amortização UBP	(8.569)	-	-	-	(8.569)
Amortização GSF	(386)	-	-	-	(386)
Amortização - Outros	-	-	(7)	-	(7)
31.12.2018	160.088	-	3.513	-	163.601

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		73	62
Bolsa Estágio		5	5
Provisão de férias e 13º salário		182	147
		268	222

15. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Vencimento	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5	Saldo em	
							31.12.18	31.12.17
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.137	-	-	-	-	-	1.137	1.055
CCEE Camara Comerc. Energia Eletrica	521	-	-	-	-	-	521	-
Compra Energia - Mercado Livre	1.467	-	-	-	-	-	1.467	1.474
Materiais e Serviços - Copel GET	785	-	-	-	-	-	785	754
Materiais e Serviços - Outros	86	-	-	-	-	-	86	41
	3.996	-	-	-	-	-	3.996	3.324

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Imposto de renda - Lucro Real		27.017	33.820
(-) Imp. renda pago por estimativa		(5.551)	(5.600)
(-) Imp. renda retido na fonte		(386)	(751)
Contr.Social Sobre Lucro Líquido		10.062	12.775
(-) Contr.Social pago por estimativa		(3.152)	(3.280)
		27.990	36.964

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido antes dos tributos	114.710	144.113
Ajustes ao lucro contábil	(2.903)	(2.173)
Adições de despesas indedutíveis	919	1.649
Despesas Indedutíveis	8	8
Incentivos fiscais	911	1.641
Exclusões de despesas dedutíveis	(3.822)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.822)	(3.822)
Lucro fiscal do período	111.807	141.940
IRPJ e CSLL Correntes	37.079	46.595
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido antes dos tributos	32,32%	32,33%

17. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Tributos retidos na fonte		202	224
Previdência Social INSS		62	55
FGTS		10	12
PIS e Cofins		2.008	1.855
		2.282	2.146

18. Dividendos a Pagar

Proposta de distribuição	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício	76.331	96.220
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	-
Base de cálculo para dividendos	76.331	96.220
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.083	24.055
Saldo de dividendos à pagar	19.083	24.055

	Ações		Dividendos Propostos	
	Ordinárias	Part. %	31/12/18	31/12/17
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	13.358	16.838
Paineira Participações S/A	18.090	30%	5.725	7.217
	60.300	100%	19.083	24.055

19. Encargos de Outorga ANEEL

Em 31/12/2018 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 216 (duzentas e dezesseis) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.190.317 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2016	62.103	456.269	518.372
Transferências	61.614	(61.614)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.614)	-	(42.614)
Varição monetária	(3.692)	54.494	50.802
Em 31/12/2017	58.411	449.149	507.560
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Varição monetária	4.402	85.474	89.876
Em 31/12/2018	62.813	473.318	536.131

Períodos	Valor nominal	Valor presente
2019	62.813	62.813
2020	62.813	56.589
2021	62.813	50.981
2022	62.813	45.928
2023	62.813	41.377
Após 2023	876.252	278.443
	1.190.317	536.131

20. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2018, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/2017	191	95	7.181	-	7.467
Constituições	1.176	589	1.176	-	2.941
Juros SELIC	-	-	96	-	96
Recolhimentos	(1.155)	(579)	-	-	(1.734)
Conclusões	-	-	(1.358)	-	(1.358)
Em 31/12/2018	212	105	7.095	-	7.412

21. Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.027	1.607
Cauções em garantia		9	9
		1.036	1.616

22. Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2018
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	0
					Circulante		0
					Não circulante		0

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela com vencimento em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2016	40.488	30.496	70.984
Ingressos	-	-	-
Transferencias	30.456	(30.456)	-
Encargos	5.691	(40)	5.651
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(5.657)	-	(5.657)
Em 31 de dezembro de 2017	30.370	-	30.370
Encargos	938	-	938
Pgtos de principal	(30.415)	-	(30.415)
Pgtos de encargos	(893)	-	(893)
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-

23 Benefício pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica

e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2017	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	325	-	325
Ganhos / perdas atuariais (Laudo)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(325)	-	(325)
30.12.2018	-	-	-

24. Provisão para Contingências

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Ações trabalhistas		2.169	950
Ações cíveis		2.233	2.445
Desapropriações e patrimoniais		6.936	-
		11.338	3.395

24.1 Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações

a) Trabalhistas

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundão Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

Autos: 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 2.169

Situação Atual: Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), reformada para subsidiária após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Em cumprimento de sentença contra Triunfo.

b) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos: 0001464-23.2015.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava,

Valor Estimado: R\$ 1.250

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Autores com Recurso Especial.

Autos: 0005190-34.2017.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava,

Valor Estimado: R\$ 765

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 0000633-69.2006.8.16.0134 - 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 218

Situação Atual: Sentença julgando improcedente o pedido. Apelação pelo autor. Contrarrazões apresentadas em Jan/17. Negado provimento em Out/18..

c) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos: 53/2005 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 97

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 000278-93.2005.8.16.0134 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 286

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, afastando parcialmente o valor da sentença.

Autos:107/2003 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia.

Autos:000395-98.2003.8.16.0031 – 1ª Cível - Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 6.228

Situação Atual: No prazo para as partes se manifestarem sobre nova perícia.

25. Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2018, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

25.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

25.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:18) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083,

propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, para posterior aprovação da AGO.

25.5 Dividendos Intermediários Antecipados

A diretoria propôs, e os acionistas deliberaram, conforme a 60ª AGE em 27 de setembro de 2018, distribuir antecipadamente dividendos com base no lucro apurado no primeiro semestre de 2018 no valor de R\$ 29.489, e, conforme 62ª AGE em 18 de dezembro de 2018 o lucro apurado no 3º trimestre no valor de R\$ 16.642.

26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Geração		296.450	289.570
Venda de Energia UHEs		288.900	282.235
Venda de Energia PCHs		7.550	7.335
Comercialização		12.440	17.044
CCEE		6.909	8.121
Mercado Livre		-	1.735
Revenda Energia MCP		5.531	7.188
Receita Bruta		308.890	306.614
Contribuição para PIS		(2.138)	(2.156)
Contribuição para COFINS		(9.869)	(9.946)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.941)	(2.916)
Deduções da Receita Bruta		(14.948)	(15.018)
RECEITA LÍQUIDA		293.942	291.596

27. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Materiais		(323)	(279)
Serviços de Terceiros		(10.706)	(11.244)
Depreciação		(16.420)	(18.312)
Amortização		(8.962)	(9.359)
Seguros		(480)	(506)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(5.937)	(5.851)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(631)	(630)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(12.808)	(12.000)
Compra de Energia CCEE		(521)	(3.087)
Compra de Energia - Mercado Livre		(17.561)	(18.292)
(*) Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(9.098)	(9.098)
(**) Repactuação do Risco Hidrológico		-	2.583
Outros custos		(103)	(283)
		(83.550)	(86.358)

28. Despesas Operacionais

28.1 Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Pessoal		(1.991)	(1.922)
Administradores		(1.872)	(1.768)
Material		(32)	(33)
Serviços de Terceiros		(880)	(900)
Depreciação		(32)	(32)
Arrendamento e Aluguéis		(230)	(234)
Seguros		(3)	(3)
Tributos		(980)	(1.699)
Doações, Contribuições e Subvenções		(8)	(8)
Outras despesas		(380)	(271)
		(6.408)	(6.870)

28.2 Receitas financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.704	2.681
Encargos da concessão - AVP		-	10.813
Outras receitas		46	-
		1.750	13.494

28.3 Despesas financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Juros e encargos - debêntures		(1.002)	(5.853)
Encargos da concessão - Pagamentos		(61.305)	(61.614)
Encargos da concessão - AVP		(28.572)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(76)	(112)
Juros e correções - P & D		(96)	(148)
Encargos moratórios		-	(21)
		(91.051)	(67.748)

29. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Apólice			Término da Vigência	Prêmio Pago	Importância Segurada
Modalidade	Seguradora	Bens Segurados			
Multi Risco	Argo Seguros Brasil	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundação	11/03/2019	459	197.800
Risco Nomeado	HDI Seguros	Sede Administrativa	16/05/2019	2	1.125
Garantia Contratual	Potencial Seguradora	Contrato Compra de Energia	01/01/2019	16	4.358

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 413498, com a METLIFE.

30. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

31. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

32. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes, Fornecedores e Debêntures.

	NE	31/12/18		31/12/17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	99	99	73	73
Aplicações financeiras	5	42.787	42.787	37.832	37.832
Custo Amortizado					
Clientes	6	30.213	30.213	25.380	25.380
Total dos ativos financeiros		73.099	73.099	63.285	63.285
Passivos financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	22	-	-	30.370	30.370
Total dos passivos financeiros		-	-	30.370	30.370

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/18	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	01/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	10	10
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	23/11/2018	27/10/2023	Custo amortizado	18.923	18.923
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	11/12/2018	27/10/2023	Custo amortizado	114	114
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/12/2018	24/11/2023	Custo amortizado	23.729	23.729
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	10	10
					42.787	42.787

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora.

Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures, resgatadas na sua totalidade em Setembro de 2018, foram avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

João Biral Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment do ativo imobilizado e Intangível

“Redução ao valor recuperável de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos classificados no grupo do imobilizado e Intangível somam o montante de R\$ 547.595 mil. Potenciais perdas por redução do

valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos. O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) Taxa de desconto utilizada equivalente a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo; (ii) O espaço de tempo do valor em uso (considera até Maio/2037 – fixado como término da concessão); (iii) O fluxo de caixa projetado de acordo com as expectativas de geração de caixa, deduzidos dos gastos de PMSO.

Em função do valor recuperável dos ativos superar o valor dos registros contábeis, é desnecessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e das premissas adotadas. Quanto as premissas, constatamos que são realizadas de acordo com as resoluções adotadas pela Copel.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment* são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Ênfase

Reemissão de relatório

Em 31 de janeiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no que tange às notas explicativas, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a melhor evidenciação das políticas contábeis, bem como a apresentação de nota explicativa de benefício pós emprego. Portanto, as referidas informações estão descritas nas notas explicativas 4, 20 e 23. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS

ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2019



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-O – “T” SP
DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP 246.768 O-6
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores SS, emitido sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2018, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, PR, 28 de fevereiro de 2019.

ADRIANO FEDALTO

Presidente

SILVIO PAULO LOMANN

Conselheiro

VINICIUS LUIZ GAPSKI

Conselheiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2018

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 31
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	32 a 35

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		80.990	77.216
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.886	37.905
Clientes	6	30.209	25.380
Outros Créditos	8	4.772	4.722
Despesas Antecipadas	9	3.123	9.209
NÃO CIRCULANTE		571.185	598.234
Realizável a Longo Prazo		23.590	27.885
Depósitos Judiciais	10	115	78
Tributos Diferidos	11	23.475	24.775
Despesas Antecipadas	9	-	3.032
Imobilizado	12	383.994	397.787
Intangível	13	163.601	172.562
TOTAL DO ATIVO		652.175	675.450

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		124.880	164.575
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	268	222
Fornecedores	15	3.996	3.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	27.990	36.964
Outras Obrigações Fiscais	17	2.282	2.146
Debêntures	22	-	30.370
Dividendos a Pagar	18	19.083	24.055
Concessão de Uso de Bem Público	19	62.813	58.411
Pequisa e Desenvolvimento	20	7.412	7.467
Outras Contas a Pagar	21	1.036	1.616
NÃO CIRCULANTE		473.318	449.149
Concessão de Uso de Bem Público	19	473.318	449.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.977	61.726
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.3	255	255
Reserva Legal	25.2	7.101	7.100
Dividendos Adicionais Propostos	25.4	11.118	18.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		652.175	675.450

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	293.942	291.596
(-) Custos Operacionais	27	(83.550)	(86.358)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		210.392	205.238
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.381)	(6.870)
Despesas Administrativas	28.1	(6.408)	(6.870)
Outras receitas		27	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		204.011	198.368
RESULTADO FINANCEIRO		(89.301)	(54.254)
Receitas financeiras	28.2	1.750	13.494
Despesas financeiras	28.3	(91.051)	(67.748)
LUCRO OPERACIONAL		114.710	144.114
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(38.379)	(47.894)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(37.079)	(46.595)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(1.300)	(1.299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		76.331	96.220
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>1,266</i>	<i>1,596</i>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		76.331	96.220
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		76.331	96.220

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		35.503	255	7.100	-	36.843	-	79.701
Lucro do exercício 2017		-	-	-	-	-	96.220	96.220
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(36.843)	-	(36.843)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(53.297)	(53.297)
<u>Destinação proposta à A.G.O.</u>								
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(24.055)	(24.055)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.868	(18.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.503	255	7.100	-	18.868	-	61.726
Lucro do exercício 2018		-	-	-	-	-	76.331	76.331
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Dividendos distribuídos antecipadamente	25.5	-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal	25.2	-	-	1	-	-	-	1
Dividendos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.503	255	7.101	-	11.118	-	53.977

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		76.331	96.220
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	12	16.452	18.344
Amortização de intangível	13	8.962	9.359
Variações monetárias não realizadas	28.3	90.817	50.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.300	1.299
Resultado de baixa de imobilizado		-	165
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	27	9.098	6.515
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Cientes	6	(4.829)	(1.018)
Outros créditos	8	(50)	(548)
Despesas pagas antecipadamente	9	(20)	3
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	14	46	26
Fornecedores	15	672	130
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.974)	22.511
Outras obrigações fiscais	17	136	44
Pagamento de encargos de debêntures	22	(893)	-
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	28.3	(61.305)	(61.614)
Pesquisa e desenvolvimento	20	(55)	1.310
Outros valores a pagar	21	(579)	367
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		127.109	143.992
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	12	(2.659)	(1.538)
Adições no intangível		-	(4)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.659)	(1.542)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(89.054)	(102.420)
Resgate de debêntures	22	(30.415)	(40.608)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(119.469)	(143.028)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		4.981	(578)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.905	38.483
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
Varição no caixa e equivalentes a caixa		4.981	(578)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	31/12/2018	31/12/2017		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	308.917	306.614		
Total		308.917	306.614		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	27	27.180	27.894		
Encargos de uso da rede eletrica	27	12.808	12.000		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	5.937	5.851		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	12.424	13.527		
Outros insumos	27 e 28	490	-		
Total		58.839	59.272		
(=) Valor adicionado bruto		250.078	247.342		
(-) Depreciação e amortização					
	27 e 28	25.414	27.703		
(=) Valor adicionado líquido		224.664	219.639		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	28.2	1.750	2.681		
Total		1.750	2.681		
Valor adicionado a distribuir		226.414	222.320		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	28.1	2.703		2.618	
Planos previdenciarios e assistencial	28.1	774		706	
Beneficios	28.1	296		281	
Encargos sociais - FGTS	28.1	90		84	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		3.863	1,7	3.689	1,7
Governo					
Federal	26 e 28.1	54.914		65.224	
Estadual	28.1	8		5	
Municipal	28.1	16		14	
Total		54.938	24,3	65.243	29,3
Terceiros					
Juros e variações monetárias	28.3	91.052		56.934	
Arrendamentos e aluguéis	27.1	230		234	
Total		91.282	40,3	57.168	25,7
Acionistas					
Dividendos intercalares distribuídos	25.5	46.130		53.297	
Dividendos obrigatorios	25.4	19.083		24.055	
Dividendos adicionais propostos	25.4	11.118		18.868	
Total		76.331	33,7	96.220	43,3
		226.414	100	222.320	100

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. Concessão

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas

mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28.02.2019.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são

registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha

conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

4.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

Devido ao fato de que os contratos de arrendamento serem de valores não representativos, e também com vencimentos de curto prazo, a nova norma a vigorar não trará impactos na situação patrimonial da Companhia,

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Caixa e banco conta movimento		99	73
Aplicações financeiras de liquidez imediata		42.787	37.832
		42.886	37.905

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Cientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldos em 31.12.18	Saldos em 31.12.17
Suprimentos de energia elétrica					
COPEL Distribuição S/A	24.687	-	-	24.687	24.230
COPEL Comercialização S/A	641	-	-	641	748
CCEE Camara Comerc. Energia Elet.	4.881	-	-	4.881	-
Prime Energy Comercializadora	-	-	-	-	402
	30.209	-	-	30.209	25.380

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.12.18	31.12.17
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	24.687	24.230
Copel Comercialização S.A.	641	748
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.137	1.055
Copel Geração e Transmissão S.A.	784	754
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	13.358	16.838
Acionista		
Paineira Participações S.A.	5.725	7.216
<u>Resultado</u>		
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Distribuição S.A.	288.900	282.235
Copel Comercialização S.A.	7.550	9.662
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(12.808)	(12.000)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(8.090)	(8.788)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(725)	(715)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(91)	(210)

7. Outros créditos

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Serviços em Curso (*)		4.753	4.718
Almoxarifado de manutenção e operação		7	-
Adiantamento a empregados		12	-
Adiantamento a fornecedores		-	4
		4.772	4.722

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Curto Prazo			
Seguro das usinas		90	94
Seguro fornecedores de energia		-	16
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		3.032	9.098
		3.123	9.209
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		-	3.032
		-	3.032

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

Mutação	31.12.2017	Amortização	Transf LP x CP	31.12.2018
Prêmio de risco - ativo circulante	9.098	(9.098)	3.032	3.032
Prêmio de risco - ativo não circulante	3.032	-	(3.032)	-
Intangível	7.485	(385)		7.100
	19.615	(9.483)	-	10.132
Prêmio de risco a amortizar	12.130			3.032
Extensão de prazo da outorga	7.485			7.100

10. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	78
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78
- Depósitos	-
- Atualização monetária	37
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	31.12.2017	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.12.2018
Ativo não circulante				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	24.907	(1.300)	-	23.607
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)		-	(132)
Líquido apresentado no Balanço	24.775	(1.300)	-	23.475

Realização dos créditos fiscais diferidos

31.12.2018	Ativo	Passivo
2019	1.300	(132)
2020	1.300	-
2021	1.300	-
2022	1.300	-
2023	1.300	-
2024 a 2026	3.900	-
2027 a 2029	3.900	-
2030 a 2032	3.900	-
2033 a 2035	3.900	-
2036	1.507	-
	23.607	(132)

12. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.2017	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	31.12.2018
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	207.579	-	(9.138)	-	-	198.441
Máquinas e equipamentos	128.276	184	(5.280)	-	-	123.180
Edificações	42.136	410	(1.804)	-	-	40.742
Terrenos	4.462	13.439	(172)	-	-	17.729
Móveis e utensílios	265	6	(58)	-	-	213
	382.718	14.039	(16.452)	-	-	380.305
Em curso						
Terrenos	1.718	-	-	-	(1.675)	43
Edificações e obras civis	369	-	-	-	(369)	-
Máquinas e equipamentos	422	532	-	-	(83)	871
Material em depósito	2.827	-	-	-	(52)	2.775
Depositos judiciais	9.733	-	-	-	(9.733)	-
	15.069	532	-	-	(11.912)	3.689

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

13. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31.12.2017	169.043	-	3.520	-	172.563
Amortização UBP	(8.569)	-	-	-	(8.569)
Amortização GSF	(386)	-	-	-	(386)
Amortização - Outros	-	-	(7)	-	(7)
31.12.2018	160.088	-	3.513	-	163.601

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		73	62
Bolsa Estágio		5	5
Provisão de férias e 13º salário		182	147
		268	222

15. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Vencimento	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5	Saldo em	
							31.12.18	31.12.17
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.137	-	-	-	-	-	1.137	1.055
CCEE Camara Comerc. Energia Eletrica	521	-	-	-	-	-	521	-
Compra Energia - Mercado Livre	1.467	-	-	-	-	-	1.467	1.474
Materiais e Serviços - Copel GET	785	-	-	-	-	-	785	754
Materiais e Serviços - Outros	86	-	-	-	-	-	86	41
	3.996	-	-	-	-	-	3.996	3.324

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Imposto de renda - Lucro Real		27.017	33.820
(-) Imp. renda pago por estimativa		(5.551)	(5.600)
(-) Imp. renda retido na fonte		(386)	(751)
Contr.Social Sobre Lucro Líquido		10.062	12.775
(-) Contr.Social pago por estimativa		(3.152)	(3.280)
		27.990	36.964

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido antes dos tributos	114.710	144.113
Ajustes ao lucro contábil	(2.903)	(2.173)
Adições de despesas indedutíveis	919	1.649
Despesas Indedutíveis	8	8
Incentivos fiscais	911	1.641
Exclusões de despesas dedutíveis	(3.822)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.822)	(3.822)
Lucro fiscal do período	111.807	141.940
IRPJ e CSLL Correntes	37.079	46.595
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido antes dos tributos	32,32%	32,33%

17. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Tributos retidos na fonte		202	224
Previdência Social INSS		62	55
FGTS		10	12
PIS e Cofins		2.008	1.855
		2.282	2.146

18. Dividendos a Pagar

Proposta de distribuição	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício	76.331	96.220
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	-
Base de cálculo para dividendos	76.331	96.220
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.083	24.055
Saldo de dividendos à pagar	19.083	24.055

	Ações		Dividendos Propostos	
	Ordinárias	Part. %	31/12/18	31/12/17
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	13.358	16.838
Paineira Participações S/A	18.090	30%	5.725	7.217
	60.300	100%	19.083	24.055

19. Encargos de Outorga ANEEL

Em 31/12/2018 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 216 (duzentas e dezesseis) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.190.317 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2016	62.103	456.269	518.372
Transferências	61.614	(61.614)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.614)	-	(42.614)
Varição monetária	(3.692)	54.494	50.802
Em 31/12/2017	58.411	449.149	507.560
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Varição monetária	4.402	85.474	89.876
Em 31/12/2018	62.813	473.318	536.131

Períodos	Valor nominal	Valor presente
2019	62.813	62.813
2020	62.813	56.589
2021	62.813	50.981
2022	62.813	45.928
2023	62.813	41.377
Após 2023	876.252	278.443
	1.190.317	536.131

20. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2018, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/2017	191	95	7.181	-	7.467
Constituições	1.176	589	1.176	-	2.941
Juros SELIC	-	-	96	-	96
Recolhimentos	(1.155)	(579)	-	-	(1.734)
Conclusões	-	-	(1.358)	-	(1.358)
Em 31/12/2018	212	105	7.095	-	7.412

21. Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.027	1.607
Cauções em garantia		9	9
		1.036	1.616

22. Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2018
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	0
					Circulante		0
					Não circulante		0

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela com vencimento em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2016	40.488	30.496	70.984
Ingressos	-	-	-
Transferencias	30.456	(30.456)	-
Encargos	5.691	(40)	5.651
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(5.657)	-	(5.657)
Em 31 de dezembro de 2017	30.370	-	30.370
Encargos	938	-	938
Pgtos de principal	(30.415)	-	(30.415)
Pgtos de encargos	(893)	-	(893)
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-

23 Benefício pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica

e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2017	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	325	-	325
Ganhos / perdas atuariais (Laudo)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(325)	-	(325)
30.12.2018	-	-	-

24. Provisão para Contingências

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Ações trabalhistas		2.169	950
Ações cíveis		2.233	2.445
Desapropriações e patrimoniais		6.936	-
		11.338	3.395

24.1 Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações

a) Trabalhistas

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundão Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

Autos: 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 2.169

Situação Atual: Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), reformada para subsidiária após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Em cumprimento de sentença contra Triunfo.

b) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos:0001464-23.2015.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava,

Valor Estimado: R\$ 1.250

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Autores com Recurso Especial.

Autos:0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava,

Valor Estimado: R\$ 765

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos:0000633-69.2006.8.16.0134 - 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 218

Situação Atual: Sentença julgando improcedente o pedido. Apelação pelo autor. Contrarrazões apresentadas em Jan/17. Negado provimento em Out/18..

c) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos:53/2005 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 97

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos:000278-93.2005.8.16.0134 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 286

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, afastando parcialmente o valor da sentença.

Autos:107/2003 – 1ª Cível - Pinhão

Valor Estimado: R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia.

Autos:000395-98.2003.8.16.0031 – 1ª Cível - Guarapuava

Valor Estimado: R\$ 6.228

Situação Atual: No prazo para as partes se manifestarem sobre nova perícia.

25. Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2018, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

25.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

25.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:18) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083,

propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, para posterior aprovação da AGO.

25.5 Dividendos Intermediários Antecipados

A diretoria propôs, e os acionistas deliberaram, conforme a 60ª AGE em 27 de setembro de 2018, distribuir antecipadamente dividendos com base no lucro apurado no primeiro semestre de 2018 no valor de R\$ 29.489, e, conforme 62ª AGE em 18 de dezembro de 2018 o lucro apurado no 3º trimestre no valor de R\$ 16.642.

26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Geração		296.450	289.570
Venda de Energia UHEs		288.900	282.235
Venda de Energia PCHs		7.550	7.335
Comercialização		12.440	17.044
CCEE		6.909	8.121
Mercado Livre		-	1.735
Revenda Energia MCP		5.531	7.188
Receita Bruta		308.890	306.614
Contribuição para PIS		(2.138)	(2.156)
Contribuição para COFINS		(9.869)	(9.946)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.941)	(2.916)
Deduções da Receita Bruta		(14.948)	(15.018)
RECEITA LÍQUIDA		293.942	291.596

27. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Materiais		(323)	(279)
Serviços de Terceiros		(10.706)	(11.244)
Depreciação		(16.420)	(18.312)
Amortização		(8.962)	(9.359)
Seguros		(480)	(506)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(5.937)	(5.851)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(631)	(630)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(12.808)	(12.000)
Compra de Energia CCEE		(521)	(3.087)
Compra de Energia - Mercado Livre		(17.561)	(18.292)
(*) Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(9.098)	(9.098)
(**) Repactuação do Risco Hidrológico		-	2.583
Outros custos		(103)	(283)
		(83.550)	(86.358)

28. Despesas Operacionais

28.1 Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Pessoal		(1.991)	(1.922)
Administradores		(1.872)	(1.768)
Material		(32)	(33)
Serviços de Terceiros		(880)	(900)
Depreciação		(32)	(32)
Arrendamento e Aluguéis		(230)	(234)
Seguros		(3)	(3)
Tributos		(980)	(1.699)
Doações, Contribuições e Subvenções		(8)	(8)
Outras despesas		(380)	(271)
		(6.408)	(6.870)

28.2 Receitas financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.704	2.681
Encargos da concessão - AVP		-	10.813
Outras receitas		46	-
		1.750	13.494

28.3 Despesas financeiras

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Juros e encargos - debêntures		(1.002)	(5.853)
Encargos da concessão - Pagamentos		(61.305)	(61.614)
Encargos da concessão - AVP		(28.572)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(76)	(112)
Juros e correções - P & D		(96)	(148)
Encargos moratórios		-	(21)
		(91.051)	(67.748)

29. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Apólice			Término da Vigência	Prêmio Pago	Importância Segurada
Modalidade	Seguradora	Bens Segurados			
Multi Risco	Argo Seguros Brasil	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundação	11/03/2019	459	197.800
Risco Nomeado	HDI Seguros	Sede Administrativa	16/05/2019	2	1.125
Garantia Contratual	Potencial Seguradora	Contrato Compra de Energia	01/01/2019	16	4.358

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 413498, com a METLIFE.

30. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

31. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

32. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes, Fornecedores e Debêntures.

	NE	31/12/18		31/12/17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	99	99	73	73
Aplicações financeiras	5	42.787	42.787	37.832	37.832
Custo Amortizado					
Clientes	6	30.213	30.213	25.380	25.380
Total dos ativos financeiros		73.099	73.099	63.285	63.285
Passivos financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	22	-	-	30.370	30.370
Total dos passivos financeiros		-	-	30.370	30.370

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/18	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	01/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	10	10
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	23/11/2018	27/10/2023	Custo amortizado	18.923	18.923
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	11/12/2018	27/10/2023	Custo amortizado	114	114
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/12/2018	24/11/2023	Custo amortizado	23.729	23.729
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	10	10
					42.787	42.787

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora.

Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures, resgatadas na sua totalidade em Setembro de 2018, foram avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

João Biral Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment do ativo imobilizado e Intangível

“Redução ao valor recuperável de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos classificados no grupo do imobilizado e Intangível somam o montante de R\$ 547.595 mil. Potenciais perdas por redução do

valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos. O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) Taxa de desconto utilizada equivalente a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo; (ii) O espaço de tempo do valor em uso (considera até Maio/2037 – fixado como término da concessão); (iii) O fluxo de caixa projetado de acordo com as expectativas de geração de caixa, deduzidos dos gastos de PMSO.

Em função do valor recuperável dos ativos superar o valor dos registros contábeis, é desnecessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e das premissas adotadas. Quanto as premissas, constatamos que são realizadas de acordo com as resoluções adotadas pela Copel.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment* são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Ênfase

Reemissão de relatório

Em 31 de janeiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no que tange às notas explicativas, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a melhor evidenciação das políticas contábeis, bem como a apresentação de nota explicativa de benefício pós emprego. Portanto, as referidas informações estão descritas nas notas explicativas 4, 20 e 23. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS

ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2019



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-O – “T” SP
DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP 246.768 O-6
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

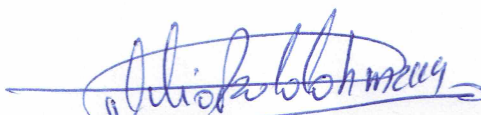
ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores SS, emitido sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2018, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

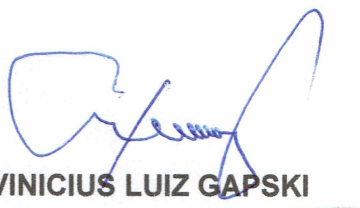
Curitiba, PR, 28 de fevereiro de 2019.



ADRIANO FEDALTO
Presidente



SILVIO PAULO LOMANN
Conselheiro



VINICIUS LUIZ GAPSKI
Conselheiro